
O TERRORISMO INTEGRISTA NO NORTE DE ÁFRICA E A SITUAÇÃO GEOESTRATÉGICA DA PENÍNSULA IBÉRICA

O presente artigo resulta de um estudo realizado pelo autor na sua qualidade de Colaborador do Instituto da Defesa Nacional, seleccionado para publicação na revista «Nação e Defesa».

Sumário:

O presente ensaio produz uma retrospectiva da formação do fenómeno integrista islâmico, designadamente em matéria do respectivo desenvolvimento, assinalado nos anos mais recentes.

Depois de um breve relance sobre a origem histórica e religiosa do radicalismo islâmico, o autor prossegue com a análise da situação no Médio-Oriente e na Região do Golfo Pérsico. Com a discussão centrada no conflito israelo-árabe, identificam-se os factores susceptíveis de catalisar a violência terrorista, no quadro de um litígio que se prolonga há várias décadas, sem que se vislumbre solução imediata e definitiva.

Em seguida, a implantação do integrismo Islâmico nos países do Norte de África, é passada em revista. A tónica é colocada no balanço das movimentações dos principais grupos armados que praticam o terrorismo urbano.

Após uma referência aos restantes países de afirmação do integrismo, o apontamento termina com a análise das condições geoestratégicas – nomeadamente a proximidade geográfica entre a Península Ibérica e o Norte de África – que determinam preocupações. Destacam-se os factores essenciais que caracterizam a potencial ameaça integrista, à segurança da Península Ibérica e da Europa Comunitária.

O Terrorismo integrista islâmico é considerado, neste trabalho, como uma séria ameaça à segurança internacional – em especial do mundo ocidental – e são apontadas sugestões com vista à redução da sua zona de influência. Trata-se de um fenómeno simultaneamente religioso e ideológico. Os seus dignitários pretendem impor um determinado culto e conquistar o Poder Político. Para instaurarem Estados islâmicos, suprimirem direitos e liberdades públicas e extinguírem, assim, os regimes democráticos.

João Paulo Ventura

O TERRORISMO INTEGRISTA NO NORTE DE ÁFRICA E A SITUAÇÃO GEOESTRATÉGICA DA PENÍNSULA IBÉRICA

1. INTRODUÇÃO: A ORIGEM HISTÓRICA E RELIGIOSA DO INTEGRISMO ISLÂMICO

Na Idade Contemporânea, as primeiras referências históricas ao fenómeno integrista islâmico remontam ao Século XIX.

Naquela época, o islamismo radical eclodiu no Império Otomano, na sequência de críticas suscitadas por sectores muçulmanos ortodoxos. Estas vozes dissonantes, contestavam a vocação ocidental que – alegavam – vinha sendo imprimida à vida social, política e espiritual.

A contestação subiu de tom ao longo dos tempos e ainda hoje, em vários países árabes, os dignitários do fundamentalismo religioso clamam, em uníssono, contra uma tendência que classificam de «Ocidentoxicação» do islão e da comunidade muçulmana.

Existe considerável unanimidade entre inúmeros analistas e observadores, relativamente a um aspecto nuclear: originalmente, o fervor e o fanatismo religioso que consubstanciam e enformam o integrismo islâmico, foram vectores instrumentalizados pelos opositores do Império Otomano. Investindo e apostando na extinção do milenário Império, os adversários do regime concederam voz ao descontentamento social e, em nome da pureza e integridade do islão, catalisaram o seu desmoronamento.

Do ponto de vista meramente espiritual o integrismo islâmico inscreve-se nos antípodas da pedagogia do culto religioso. Nessa medida e configurando um problema de obscurantismo, evoca, sob múltiplos aspectos, os ominosos tempos da idade das trevas.

Já no segundo quartel do século XX a evolução do fenómeno integrista registou ulteriores desenvolvimentos. No Egipto, em 1928, o professor Hassan Al-Banna fundou a «Irmandade Muçulmana». Também conhecido por «Irmãos Muçulmanos» (do inglês «Muslim Brotherhood») o movimento integrista de orientação sunita, reivindicava a instauração de um regime islâmico directamen-

te inspirado nos desígnios e ditames do Alcorão. Tratava-se, em resumo, de sintonizar os destinos e rumos de uma Nação – a respectiva filosofia de Estado, política governativa e religião oficial – com as transcendentais e sagradas directivas da «Sharia» a suprema lei islâmica, divinamente revelada(?) e consagrada.

Com uma amplitude de acção mais vasta, de natureza sócio-religiosa, a «Irmandade Muçulmana» conquistou um exponencial espaço de afirmação que subsiste nos dias de hoje. Actualmente, a congregação está implantada na esmagadora maioria dos países árabes do Médio-Oriente – onde dispõe de numerosos prosélitos e aderentes – embora as sucessivas tentativas esboçadas para a sua transformação em partido político, se tenham revelado invariavelmente infrutíferas. Sequelas e consequências imediatas do atentado desencadeado pelo movimento, em 1955, contra Gamal Nasser, histórica e emblemática figura pan-arabista, então 1.º Ministro do Egipto. Na sequência dessa acção terrorista, a organização foi declarada ilegal e, daí em diante, a lei proibiu, terminantemente, a existência e futura constituição de partidos políticos de motivação religiosa.

Superado o desaire da tentativa frustrada para eliminar o dirigente Nasser, a «Irmandade Muçulmana» formou milícias armadas clandestinas que infiltraram o próprio exército nacional egípcio. Cerca de 25 anos mais tarde, o resultado dessa estratégia culminou no assassinato do Presidente Sadate que pereceu em consequência de um atentado, desencadeado pela sua guarda pessoal. Até ao presente, o eventual envolvimento do Estado Iraniano – frequentemente suspeito e acusado de patrocinar ataques terroristas – neste magnicídio, nunca foi integralmente esclarecido. Em 1979, nos dois anos que precederam a morte de Anwar Sadate, a dinastia oligárquica – mas laica – do Xá Rhexa-Pahlevi, fora afastada do Poder no antigo Império Persa. Após a revolução islâmica, despontou no Irão – curiosamente um país não árabe – o mais feroz e dogmático fundamentalismo religioso. Um regime de matiz xiita, directamente instilado e fomentado pelo Ayatollah Khomeiny, que se apoderou da chefia do Estado. Desde então – diz-se – o Irão terá figurado na primeira linha de países apoiantes de diversos grupos terroristas, que entretanto emergiram um pouco por todo o mundo árabe. Incluindo, naturalmente, a «Irmandade Muçulmana».

Nos últimos 15 anos, o integrismo islâmico conquistou terreno em várias frentes e latitudes, assinalando, nos anos mais recentes, uma expansão assustadora.

A escalada do terrorismo internacional sustentado pelo radicalismo religioso, acompanha, de perto, o movimento evolutivo de crescente implantação, do integrismo muçulmano. Pressente-se uma subida vertiginosa do fervor religioso

e em especial na Ásia e no Norte de África, aumenta, consideravelmente, o número de adeptos e epígonos.

Por outro lado, levantam-se fundadas suspeitas relativamente ao papel desempenhado pelo Irão – e também, eventualmente, por outros países – em matéria de expansão e divulgação da fé islâmica ortodoxa e ao nível do patrocínio dos movimentos terroristas que prosseguem a «Jihad Islâmica» – a Guerra Santa.

O misticismo religioso que caracteriza o integrismo islâmico, desdobra-se de acordo com dois vectores essenciais: a «Sharia» e a «Sunna». Enquanto aquela constitui uma espécie de lei sagrada, cujo pilar fundamental é o Alcorão – directamente revelado por Allah a Maomé; esta representa a tradição das proezas e acções do profeta, coligidas e codificadas até ao Século X. Ambas as vertentes convergem, num simbolismo que merece o valor de lei dogmática, imutável e irrevogável, atenta a sua natureza divina. A sua interpretação e hipotética contestação por um qualquer vulgar de Lineu, humilde mortal, é rigorosamente interdita e considerada blasfémia.

A tradução pragmática e concreta desta mentalidade religiosa(?) afere-se no momento em que a fé e a crença nestes postulados doutrinários, são intransigentemente defendidas, até às últimas consequências. E assim é que, nalguns países do Médio-Oriente e do Norte de África, a «Sharia» ameaça dirigir, normalizar e regulamentar toda a vida social, política, cultural e afectiva. Chegando mesmo ao ponto de determinar, de forma implacável, a segregação e submissão do sexo feminino – a que corresponde um género considerado inferior – pelo masculino.

Em bom rigor semântico, o terrorismo, inicialmente consumado através de ameaças mais ou menos explícitas, tem aqui a sua génese. Em matérias susceptíveis de colisão com as regras e princípios consagrados na lei islâmica, o delito de opinião é sentenciado com a pena de morte. Os éditos religiosos de condenação à morte – as temíveis «fatwa» – por alegada blasfémia, contra escritores e intelectuais que ousa(ra)m questionar, ou simplesmente discutir a legitimidade dos fundamentos teóricos do islão, sucedem-se no tempo.

Para além dos casos, porventura mais conhecidos e divulgados, de Salman Rushdie e Taslima Nasreen, também o escritor egípcio Naguib Mahfouz, de 83 anos – o único autor árabe até hoje laureado com o Nobel da Literatura, desde que o prémio foi instituído pelos descendentes de Alfred Nobel – quase sucumbiu a um atentado. Mahfouz é um intelectual reconhecidamente laico que assumiu, publicamente, posições de apelo à pacificação das relações israelo-árabes e de nada lhe valeu a sua propecta

idade. Os fundamentalistas descobrem ensejos, técnicas e expedientes para concretizarem as ameaças que proferem.

De uma maneira geral, as condições de vida das populações nos países árabes, vêm-se degradando progressiva e inapelavelmente. A incapacidade e ineficácia política e governativa dos dirigentes, moderados do ponto de vista religioso, tem sido manipulada, como argumento potenciador da mudança, pelos movimentos islâmicos radicais.

Empenhados na instauração de um Estado em que prevaleça a «Sharia», os integristas dispõem de terreno fértil para difundirem mensagens e prosseguirem os seus objectivos político-religiosos. A experiência demonstra, à saciedade, que os regimes totalitários, independentemente da sua coloração política ou religiosa, exploram conjunturas económicas desfavoráveis, aproveitando condições e circunstâncias sociais de profunda crise, para – não-raras vezes a título revolucionário – afirmarem, impondo pela força, os sistemas que preconizam. A História está repleta de exemplos pródigos e grandiloquentes.

Perante este conjunto de razões, não é estranha nem accidental a ofensiva integrista ocorrida na Argélia – o maior país do Magrebe que se debate com uma dívida externa na ordem dos 30 mil milhões de dólares e com uma taxa de desemprego a rondar 25% da população activa – e no Egipto – confrontado com imparável e insustentável crescimento demográfico de 1,3 milhões de habitantes por ano, com o desemprego a atingir seis dos 56 milhões de egípcios (cerca de 11% da população total).

Este cenário não deixa margem para dúvidas: o integrismo islâmico beneficia de condições favoráveis de progressão e alargamento da(s) sua(s) zona(s) de influência e implantação.

2. A AGITAÇÃO E INSTABILIDADE NO MÉDIO-ORIENTE E NA REGIÃO DO GOLFO PÉRSICO

A situação política no Médio-Oriente e na região do Golfo Pérsico, marcada, nos últimos anos, por sucessivos e intermináveis focos de conflitualidade, é actualmente explosiva e de evolução imprevisível.

O diferendo israelo-palestiniano – agora circunscrito às posições divergentes defendidas pelas facções extremistas de ambas as partes litigantes – arrasta-se ao longo das décadas, sem que se vislumbre solução imediata e definitiva. A Pátria da religião judaica é olhada como potência militar invasora e ocupante, mobilizando antagonismos e a hostilidade da maioria dos países árabes vizinhos

e dos Estados do Golfo. E é assim que, transcendendo o conflito que opõe israelitas e palestinos, se alude, frequentemente, ao problema israelo-árabe. Reflectindo a actual conjuntura na região, esta expressão comporta, seguidamente, um sentido mais amplo e abrangente.

Após o acordo de paz de Camp David, celebrado em 1978, o Egipto e a Jordânia – depois da reconciliação com Israel – são, porventura, as únicas honrosas excepções a essa tendência conflitual.

Com a assinatura do acordo de Oslo, em 1993, as principais razões do diferendo que afastava Israel das reivindicações da Organização de Libertação da Palestina (OLP) pareciam finalmente superadas. Cedências e concessões mútuas, renunciavam o fim das hostilidades e do terrorismo. Debalde: cerca de um ano depois, os esforços de paz encetados pelas partes em confronto, eram ensombrados por focos de resistência bilateral.

Numa primeira fase os núcleos de colonos judeus extremistas instalados nos territórios ocupados, manifestaram a sua intransigência, renunciando ao abandono das terras. Ultrapassada esta questão, subiram de intensidade as críticas dirigidas ao Governo, perante o empenhamento demonstrado na outorga de autonomia à Autoridade Palestiniana. Os extremistas hebreus consideraram este gesto político como uma capitulação das posições e dos interesses judaicos. E da veemência das declarações, rapidamente passaram ao terreno das acções concretas: em Novembro de 1995, Yitzhak Rabin, o 1.º Ministro em exercício – um dos principais obreiros da paz e grande responsável pelo entendimento com a OLP de Yasser Arafat – foi assassinado a tiro.

Por outro lado e no quadrante oposto, sucedem-se os ataques terroristas dos integristas do Hamas, perpetrados em pleno coração de Israel e que já causaram várias centenas de feridos e vítimas mortais.

A exemplo de outros grupos terroristas que perfilham o integrismo islâmico, o Hamas é financeiramente apoiado e equipado pelo Irão, dispondo também de fontes de rendimento e financiamento noutros países. Declara-se em frontal oposição ao acordo de Oslo e, tal como os radicais israelitas, os seus dirigentes entendem que as condições do tratado constituem uma capitulação para a nação palestiniana. No fundo, e à semelhança do que ocorre em fenómenos de atracção electrostática, os extremos tocam-se e os radicais palestinos – representados pelo Hamas – e judeus estão irmanados de um objectivo comum: por vias diferentes e com objectivos distintos, procuram condenar e comprometer o ainda precário processo de paz. Por isso se têm ventilado, nos últimos tempos, rumores sobre uma hipotética aliança estratégica das duas facções extremistas, congregadas no mesmo espírito de sabotagem dos tratados e acordos estabelecidos.

O Hamas, acrónimo árabe de «Movimento de Resistência Islâmica» e que significa zelo, entusiasmo e coragem, é uma organização de dimensão transnacional com extensões e ramificações conhecidas na Jordânia, Sudão, Irão, Cisjordânia e Líbano. Foi criado em Gaza, em 1987, no decurso da «Intifada», a sublevação palestiniiana nos territórios ocupados contra a presença dos soldados israelitas e que ficou conhecida, para a posteridade, como a «guerra das pedras».

Este movimento integrista integra uma componente espiritual, uma vertente política e uma direcção militar: a brigada «El-Ezzedine Al-Qassem», uma espécie de braço armado que se encarrega de consumir as acções terroristas.

A relação de interdependência, reciprocidade, comunicação e hierarquia entre os diferentes núcleos do Hamas, é indecifrável e permanece envolta em mistério. Os seus líderes movimentam-se constantemente, têm paradeiro incerto e a sua detecção e localização, senão improvável, é reconhecidamente difícil. Por todas estas razões, a organização é apontada como uma rede impenetrável e resistente aos mais sofisticados exercícios de charada.

No terreno operacional o Hamas pratica um terrorismo urbano implacável, designadamente através de ataques cometidos por comandos suicidas. Entre estes avultam os chamados homens-bomba, autênticos mártires, dispostos a morrer em nome da «jihad». De resto, o movimento tem anunciado a disponibilidade de muitos jovens membros e adeptos, candidatos a «kamikazes», prontos a sacrificarem as suas vidas.

As actividades subversivas do Hamas representam um perigoso exemplo de terrorismo com resultados práticos. A sua actuação é susceptível de funcionar como paradigma, gerando o fermento necessário à generalização de infundável onda de violência fundamentalista, noutras zonas de implantação do radicalismo islâmico.

3. A SITUAÇÃO ESPECÍFICA DOS PAÍSES DO NORTE DE ÁFRICA

Com maior ou menor intensidade e amplitude de acção, registam-se, na actualidade, em diversos países do Norte de África, movimentações islâmicas extremistas.

Atendendo à proximidade geográfica destes Estados, relativamente à Europa Ocidental e, em particular, à Península Ibérica, afigura-se-nos pertinente um breve relance descritivo e comparativo, da situação relativa de cada país.

MARROCOS

O regime monárquico de Hassan II é legitimado por uma espécie de direito divino, na justa medida em que o rei é descendente de Maomé.

Presente no discurso oficial, a preservação da fé e da doutrina islâmica está assim garantida politicamente, pelo sistema em vigor.

Talvez por essas razões conjugadas, o integrismo não disponha de grande margem de implantação, sentido existencial e espaço de manobra em Marrocos. No entanto e apesar disso, existem alguns gérmens residuais de radicalismo, que operam em estreita ligação com os fundamentalistas da Frente Islâmica de Salvação (FIS) da Argélia, por intermédio do braço armado desta organização: o «Exército Islâmico de Salvação» (AIS) – do francês «Armé Islamic du Salut».

Em Espanha, um dos principais territórios de diáspora, está radicada uma vasta comunidade marroquina que congrega cerca de 500 mil indivíduos. E foi no país vizinho que o «Movimento de Oposição Democrática de Marrocos» – uma organização política cujos fundamentos doutrinários e religiosos são desconhecidos – realizou, em 1995, o seu congresso anual. Acresce referir que a maioria dos membros daquela associação, vive exilada no estrangeiro e apesar da incógnita e incerteza relativamente aos seus objectivos, não está excluída a possibilidade de se tratar de uma organização integrista, empenhada na instauração de um regime islâmico em Marrocos.

Em Abril de 1994, em território marroquino, a polícia local procedeu ao desmantelamento de uma rede clandestina, que integrava oito indivíduos e que prestava apoio logístico privilegiado à FIS.

Em Agosto do mesmo ano, dois turistas espanhóis que visitavam Marrocos, foram inesperada e barbaramente assassinados. Os três autores do crime foram detidos e, presumivelmente, actuaram por conta de um movimento integrista não-identificado, responsável pela prática de vários atentados em Casablanca, Fez, Marraquexe e Oujda, entre 1993 e 1994.

TUNÍSIA

Apesar da condição de mais pequeno Estado magrebino, a Tunísia vive uma situação sócio-económica qualitativamente superior aos seus pares da região. Aliás é curioso notar e sublinhar que no Magrebe, as dimensões dos países variam em razão inversa dos respectivos padrões de qualidade de vida da população e condições de desenvolvimento.

No caso vertente, os indicadores económicos e demográficos não deixam margem para dúvidas: relativamente aos seus quatro parceiros regionais – Argélia, Líbia, Marrocos e Mauritânia – a Tunísia apresenta as menores taxas de inflação, analfabetismo e mortalidade infantil. Detém o maior nível de crescimento económico anual (Produto Interno Bruto) – em apenas cinco anos, entre 1990 e 1995, o rendimento médio anual *per capita* aumentou cerca de 50%, passando de 1200 para 1810 dólares – e os seus autóctones dispõem da mais elevada esperança de vida.

O Chefe de Estado Zine Ben Ali, no Poder desde 1987, dirige um regime de natureza presidencialista que tem promovido a recuperação económica e social de que o país carecia. Em 1980, a Tunísia era uma das nações com maior índice de sub-desenvolvimento do norte de África.

As condições óptimas para a expansão do radicalismo islâmico, surgem eminentemente associadas à degradação do nível de subsistência das populações. E, contrariamente ao panorama que se vislumbra noutros países desta região, a Tunísia atravessa uma situação marcada pela estabilidade política, social e pelo optimismo quanto ao futuro.

A determinação e firmeza no combate ao fenómeno integrista, têm caracterizado a actuação governamental. Em 1987, uma tentativa de insurreição armada dirigida e protagonizada por um grupo de 80 oficiais do exército nacional, filiados em movimentos islamistas radicais, foi vigorosamente reprimida.

Presentemente, as actividades da «Frente Islâmica Tunisina» (FIT) e do grupo extremista «An-Nadha» – as principais organizações integristas tunisinas – decorrem na clandestinidade. As movimentações dos respectivos membros são detalhadamente controladas e fiscalizadas pelos serviços de segurança, motivo que estará na génese do exílio voluntário a que muitos se sujeitaram, emigrando para países islâmicos, designadamente para o Sudão, Argélia e Afeganistão, onde prosseguem a conspiração.

Apesar disso e não obstante a repressão exercida pelo regime, persistem em território tunisino alguns focos de simpatia pela causa integrista. No entanto e inversamente ao que sucede por exemplo na Argélia – onde a FIS e em particular os grupos armados como o GIA, dispõem de vasto e significativo campo de recrutamento entre as classes sociais desfavorecidas – na Tunísia ser integrista é usufruir de uma certa distinção e diferenciação sócio-cultural. Nesse sentido, as mesquitas representam centros nevrálgicos de concentração de adeptos fundamentalistas e de difusão da doutrina islâmica ortodoxa.

Em resumo, esta acepção significa que o integrismo conquistou aderências junto dos estratos sócio-económicos privilegiados, dispondo de comprovadas simpatias entre alguns destacados intelectuais do país.

LÍBIA

Há já mais de 25 anos, desde 1969, que o país dos beduínos é dominado pelo poder autocrático de Muammar Kadhafi.

Em matéria de fervor e fanatismo religioso o regime militar líbio é um caso híbrido, porventura incomparável a cada um dos restantes países em análise. Kadhafi tem dados provas de intolerância, mostrando-se implacável para os (projectos de) grupos integristas indígenas – que apelida de «bandos de cães raivosos» – embora tenha reinstaurado, há um par de anos, a lei islâmica. Os analistas especializados em questões do mundo árabe, entendem que o dirigente líbio procurou, com essa decisão política, consolidar apoios internos, neutralizando a contestação em torno da sua magistratura de Estado.

Apontado pelos muçulmanos radicais como um (mau) exemplo de um sistema herético e apóstata, o regime líbio desenvolve a acção governativa entre o islamismo moderado e a ideologia marxista-leninista. No entanto, em nome da prudência, é bom recordar o patrocínio concedido por Kadhafi a vários grupos terroristas internacionais, durante as décadas de setenta e oitenta. Desde movimentos armados palestinianos – incluindo o inesquecível «Abu-Nidal» – até Illich Ramirez Sanchez – aliás, Carlos «O Chacal» – diversas terão sido as organizações apoiadas, financiadas e equipadas.

No plano doméstico o supremo dirigente líbio, enviou comandos terroristas para o exterior, com o propósito de aniquilar a oposição ao regime, nomeadamente através da eliminação física de adversários políticos refugiados no estrangeiro.

Na cena internacional, recordam-se as suspeitas de envolvimento das autoridades líbias no atentado cometido em 1988, contra um avião comercial americano que sobrevoava Lockerbie, na Escócia, vitimando 270 pessoas.

Mais recentemente, a partir de Julho de 1995, o país foi sacudido por uma vaga de tumultos que culminaram em confrontação aberta entre a polícia e militantes islamistas. Em resultado destes incidentes, fontes credíveis da comunicação social anunciaram a morte de várias dezenas de pessoas – em número exacto não-especificado – além da detenção de 10 mil indivíduos alegadamente implicados nos confrontos.

O acréscimo de agitação social, efervescência e alteração da ordem pública, parecia indiciar a expansão da ameaça integrista na Líbia. Convencido desse facto e presumindo que o agravamento da situação se devia às movimentações de imigrantes conotados com o fundamentalismo religioso – actuando como «agentes infiltrados» por conta da internacionalista integrista – Kadhafi decretou, intempestivamente, a expulsão de 30 mil palestinianos, 10 mil egípcios, e 5 mil sudaneses radicados no país.

SUDÃO

Neste Estado norte-africano vigora a ditadura islâmica, dirigida e imposta por uma junta militar, desde 1989.

A «Sharia» funciona como lei suprema e, sendo rigorosamente aplicada, já decretou a extinção dos direitos de liberdade de reunião e de imprensa, bem como a ilegalização de toda e qualquer organização política que não professe o islamismo ortodoxo.

A minoria de católicos – cerca de 10% dos 30 milhões de sudaneses – e um número estimado de oito milhões de indivíduos que habitam o sul do país, correm o risco de extermínio, se não se converterem, rapidamente, à doutrina integrista.

De resto, a limpeza étnico-religiosa já teve o seu exórdio, com o genocídio de 600 mil opositores ao regime, para além de um milhão de refugiados em países limítrofes. Desde 1989 que os Núbios – comunidade de raça negra originária da região centro e norte do Sudão – são perseguidos, assassinados e encarcerados por elementos da junta militar no Poder. Para esse efeito foi até criado um gigantesco campo de concentração onde os Núbios estão internados. Neste local e de acordo com o testemunho de observadores afectos à organização humanitária «African Rights», são frequentes as violações de mulheres e a castração dos homens. Acções programadas e deliberadas pelo regime, com o objectivo de eliminar a comunidade Núbica, no quadro de um autêntico processo de extermínio. Este facto suscitou, inclusivamente, a intervenção pessoal do Papa João Paulo II.

O Sudão – ou o seu regime – tem igualmente servido a função de território de acolhimento e recuo de operacionais, de diversas nacionalidades, que praticam o terrorismo integrista.

Existem fortes suspeitas de que o atentado perpetrado em Addis Abeba, contra o Presidente egípcio Hosni Mubarak, em Junho de 1995, se não foi

preparado e concebido por dignitários do regime sudanês, foi pelo menos, e de alguma forma, incentivado ou patrocinado. Este incidente quase desencadeou uma guerra entre o Egipto e o Sudão, dois países vizinhos, sendo conhecidos os apoios concedidos pelas autoridades de Cartum às milícias integristas do Egipto, em especial às «Gamaa't al Islamyá».

O ideólogo da junta militar que governa o Sudão, Hassan Al-Turabi – conhecido pelo epíteto de «Khomeini de Cartum», em honra ao determinismo com que defende os valores integristas – já declarou publicamente que reconhece legitimidade aos seus correligionários egípcios no combate ao regime secular de Mubarak. Há cerca de um ano a imprensa internacional fez eco das suas advertências, nomeadamente quando anunciou a vitória do integrismo como uma ocorrência futura inevitável. Se não for pela via democrática, será pela força das armas, através da «Jihad» – afirmou. Feroz inimigo do ocidente, este mesmo personagem de 63 anos de idade, é o autor das duras e implacáveis regras de direito divino(?) que, inspiradas na «Sharia», regem a vida quotidiana no Sudão. No entanto e paradoxalmente, é um homem formado na cultura e nas academias europeias: depois da licenciatura em direito, obtida na Universidade de Londres, alcançou o grau de Doutor em filosofia pela Sorbonne.

EGIPTO

De alguma forma, o Egipto é o berço do terrorismo religioso e do integrismo islâmico contemporâneo.

À semelhança do que aconteceu no Sudão, no Egipto e também na Argélia os intérpretes do fundamentalismo ameaçam tomar o Poder.

No Egipto proliferam as «Gamaa't», grupos armados radicais originados a partir da «Irmandade Muçulmana». Estas células terroristas surgiram nos anos setenta entre os movimentos estudantis, e representavam uma espécie de núcleo juvenil dos ancestrais «irmãos muçulmanos» (a «Irmandade Muçulmana»). A certa altura, porém, no momento em que aderiram à violência e à prática de actos terroristas, esses jovens idealistas tornaram-se incontroláveis e romperam a sua ligação paternal. A propecta «Irmandade Muçulmana» – cujo líder e guia espiritual, Mohamed Hamed Abu al-Nasr, de 83 anos, faleceu em Janeiro de 1996 – apesar da tradição propulsora do integrismo, permaneceu fiel aos valores da moderação.

Hoje, a responsabilidade pelo maior número de atentados ocorridos no Egipto, nos anos mais recentes, é atribuída às «Gamaa't al Islamyá», que

normalmente reivindicam as acções que protagonizam. Exemplo disso foi o atentado cometido na Etiópia contra o Presidente Mubarak, embora se admita que se tratou de uma acção concertada com o Sudão.

As «Gamaa't al Islamyia» reconhecem o Xequé Omar Abdel Rahmane – um invisual de 65 anos, exilado nos E.U.A desde 1990 e recentemente sentenciado pela autoria moral e instigação de diversas acções terroristas, designadamente do atentado ocorrido no World Trade Center de Nova Iorque, em Fevereiro de 1993 – como o seu líder espiritual.

Numa fase inicial, estas milícias terroristas elegeram alvos domésticos: intelectuais, escritores, jornalistas e professores e outros indivíduos que, de uma forma ou de outra, se manifestassem em favor da normalização das relações com o ocidente, da paz israelo-árabe (veja-se o caso do escritor Naguib Mahfouz) ou que – suprema blasfémia – ousassem contestar o rigor doutrinal da «Sharia».

Mas os grupos terroristas também não tardaram em demonstrar a sua fúria xenófoba, perpetrando múltiplos atentados contra cidadãos estrangeiros. São aliás responsáveis pela ruptura do tradicional influxo turístico no Egipto, sector da economia que se debate com uma crise sem precedentes.

Desde Março de 1992, o marco cronológico que assinala o recrudescimento da violência integrista na terra dos faraós, foram desferidos inúmeros ataques contra estrangeiros, de que já resultaram 43 mortos e mais de 60 feridos graves. O último atentado, certamente o mais mortífero e sangrento, provocou a morte de 18 turistas gregos – e ferimentos noutros 15 – abatidos a tiro por presumíveis membros das «Gamaa't al Islamyia».

Estes números dispensam outro tipo de comentários, ilustrando a apetência dos extremistas para infligirem baixas aos «infiéis ocidentais». As pessoas têm medo e, paulatinamente, o Egipto transforma-se num rota turística interdita, facto que entronca, perfeitamente, nos objectivos integristas.

No plano interno, as «Gamaa't al Islamyia», prosseguem a luta armada para derrubarem o regime. Publicamente, os seus dignitários já declararam que, tal como Anwar Sadate, Hosni Mubarak será morto, pois também utiliza a linguagem própria dos infiéis. Entendem que os governos devem orientar-se pelo Alcorão e pela tradição maometana. As leis e constituições em vigor, garantem, jamais serão aceites pelos islamistas convictos.

Mas a capacidade operacional destas milícias terroristas estende-se além-fronteiras. Para além do já referido atentado contra o Presidente Mubarak, perpetrado na Etiópia, as «Gamaa't» reclamaram a responsabilidade pelo rebentamento de um carro armadilhado na Croácia – imagine-se! – em Outubro de 1995 (que provocou um morto e 29 feridos) e no mês seguinte, os seus

comandos colocaram uma bomba na Embaixada do Egipto em Islamabad, capital paquistanesa, de que resultaram 17 mortos e cerca de 60 feridos.

Este movimento terrorista não circunscreve ao Egipto o seu território de intervenção, revelando uma preocupante plasticidade e poder de actuação desdobrado, nos quatro cantos do mundo. Por essa razão essencial representa uma séria ameaça à segurança internacional.

Internamente, a disseminação da doutrina fundamentalista continua em marcha. Penetra na classe média e começa a dominar as universidades. Os membros da «Irmandade Muçulmana» detêm a hegemonia entre os professores, nas associações de estudantes, nos órgãos directivos e de gestão do ensino superior.

ARGÉLIA

O fenómeno integrista é característico de vários países africanos e asiáticos, mas é na Argélia que se localiza, pelo menos desde 1992, o epicentro da agitação social e do terrorismo urbano.

A insurreição armada da FIS, na sequência da impugnação das eleições legislativas de Dezembro de 1991 – que lhe conferiam a vitória com maioria absoluta – deixou o maior país do Magrebe mergulhado num estado geral de calamidade pública e em situação de literal guerra civil.

Diariamente, a um ritmo verdadeiramente torrencial, chegam notícias de novos atentados que causam, invariavelmente, vítimas mortais. Nem as mulheres, que conforme postula a lei islâmica pertencem a um género inferior – e por esse motivo não devem ser molestadas ou agredidas – têm sido poupadas à fúria integrista na Argélia. Recordam-se, a propósito, dois eloquentes episódios ocorridos em 1994: sem misericórdia, duas freiras espanholas foram liquidadas a tiro e num atentado cometido contra a comunidade católica indígena, um padre e uma freira, ambos de origem francesa, foram impiedosamente abatidos.

Desde o Verão de 1994, cerca de 700 estabelecimentos de ensino foram incendiados ou destruídos por grupos radicais islamistas e um número estimado em mais de meia centena de docentes e responsáveis escolares, foram assassinados.

A espiral de violência desencadeado na Argélia é devida, fundamentalmente, à acção terrorista de duas organizações armadas: O Grupo Islâmico Armado (GIA) – o mais temível e destacado – e o Exército Islâmico de Salvação (AIS) – o braço miliar da FIS.

Os movimentos armados praticam um feroz terrorismo urbano, fundado na prática de ataques indiscriminados e por vezes aleatórios, que servem o objetivo de desestabilização do regime. Em última análise esta estratégia conduzirá, a prazo, ao caos generalizado, inoperância das instituições e, finalmente, à paralisação do país.

Aos seus militantes e comandos operacionais, o GIA oferece o anonimato, motivo que estará na base da adesão massiva que registou entre os adeptos integristas. Informações fidedignas referem que esta milícia terrorista, tem revelado capacidade de infiltração nos serviços de segurança e nas forças armadas. Já dirigiu e instigou a invasão de um tribunal e de uma penitenciária. Esta última acção, antecedida de motim, culminou numa espectacular tirada de presos, largamente difundida pela imprensa internacional. Para o GIA o silêncio é regra de ouro e os atentados cometidos nem sempre são reivindicados.

A estratégia empreendida pelos terroristas, conheceu duas fases distintas. Inicialmente os ataques foram desferidos contra alvos domésticos: estruturas policiais, militares e serviços governamentais, incluindo atentados contra membros da magistratura e do alto comando das forças armadas, além do homicídio do antigo Presidente da República, Mohamed Boudiaf. A sanha persecutória contra os jornalistas, porventura a classe profissional mais massacrada pelo terrorismo, já resultou na morte de várias centenas de indivíduos. Posteriormente as milícias integristas enveredaram pela prática de acções violentas contra cidadãos e interesses estrangeiros, radicados ou instalados na Argélia.

Existe uma espécie de pacto de silêncio entre as autoridades argelinas – neste caso representadas pelos serviços de segurança – e os grupos de oposição integrista. Em virtude desse aparente armistício, as estatísticas que se reportam ao número de vítimas causadas por este conflito, registam significativa disparidade. Os dados oficiais divulgados aludem a um número de mortos não-superior a 30 mil. No entanto, quase em surdina, dirigentes da FIS no exílio, asseguram que o número de baixas ascende a cerca de 70 mil. Seja como for o balanço é dramático, suscita naturais apreensões relativamente ao futuro e justifica a afirmação de que na Argélia, a situação actual é desesperada.

A espiral da violência não concede qualquer espécie de tréguas. A repressão das mulheres, constringidas a envergar o «hidjab», acompanha a extinção de outros direitos que lhes são vulgarmente outorgados e reconhecidos nas sociedades contemporâneas.

Apesar da ofensiva conjugada da polícia e do exército, que se traduziu na neutralização de alguns milhares de comandos integristas armados, os movimen-

tos terroristas prosseguem na senda da violência e estendem a sua zona de influência até à Europa, onde dispõem de importantes bases e redutos de apoio logístico. Adquirem armamento em países do leste europeu e depois procedem ao tráfico e distribuição até ao destino final no Magrebe.

Antes e depois dos atentados ocorridos em França, a polícia gaulesa desmantelou várias redes de suporte e armazenamento de material do GIA, apreendendo grandes quantidades de armas de fogo, munições e explosivos, logrando deter mais de uma centena de suspeitos de afiliação terrorista. As autoridades francesas admitiam o envolvimento de parte dos detidos em ataques perpetrados contra interesses judaicos e israelitas em França, designadamente assaltos cometidos em locais de culto religioso.

Em resumo, dito de outra forma e à semelhança da divisa utilizada pelas «Gamaa't al Islamyia», no Egipto, a palavra de ordem na Argélia, utilizada pela FIS e restantes grupos armados, é bem sintomática:

«(...) nenhuma lei, nenhuma constituição, apenas Deus e o Alcorão».

4. O INTEGRISMO ISLÂMICO NOS RESTANTES TERRITÓRIOS DE IMPLANTAÇÃO

Enquanto religião de Estado ou como culto espiritual maioritário, o islão integrista está a vingar, conquistando terreno e alargando, progressivamente, a sua esfera de influência. Paralelamente à crescente penetração da doutrina de Maomé, o integrismo toma a dianteira em vários países africanos e asiáticos.

Em termos puramente teóricos e eventualmente especulativos, os especialistas nesta matéria reconhecem um maior grau de perigosidade no radicalismo de inspiração xiíta, cujo santuário é o próprio Estado Iraniano.

Estima-se que existam actualmente, em todo o mundo, cerca de 100 milhões de xiítas. Aproximadamente 60% vivem no Irão, onde representam, sensivelmente, 95% da população total. Os restantes habitam países da região do Golfo Pérsico: Iraque, Líbano, Índia, Paquistão, Omã, Emirados Árabes Unidos e Turquia (junto à fronteira com o Irão).

No Iraque, os xiítas constituem o maior grupo religioso, mas não gozam do poderio económico e político de que desfrutam os sunitas. Não obstante a sua condição minoritária, esta casta de islamistas apoderou-se dos centros nevrálgicos de influência política e financeira, muito devido ao mérito e argúcia política na gestão do Poder por parte de Saddam Hussein – ele próprio um sunita – que já esmagou algumas rebeliões xiítas no sul do país.

O Líbano, outrora um dos Estados mas prósperos do Médio-Oriente e hoje completamente devastado, sob tutela Síria, é o berço do «Hizbollah» – em árabe, o «Partido de Deus». Trata-se de um dos mais perigosos grupos terroristas internacionais, fundado e patrocinado pelo Ayatollah Khomeiny – sendo, nessa medida, um movimento de guerrilha pró-iraniano – e presentemente tem representação parlamentar.

Na Índia, integristas islâmicos e fundamentalistas hindus mantêm conflito aberto. Na União Indiana vivem 120 milhões de muçulmanos e os extremistas islâmicos integram-se neste grupo religioso. Para enfrentarem a ameaça do radicalismo hindu, os islamistas forjaram uma aliança estratégica com os nacionalistas de Caxemira que, com o apoio explícito e declarado do Paquistão, reclamam a independência do território.

O cisma entre sunitas e xiitas no seio da própria religião islâmica, ocorreu na sequência da morte de Maomé e foi suscitado pela polémica que envolveu duas correntes antagónicas, em torno da sucessão do profeta. De resto, a actual diferenciação entre ambas as tendências, remete para uma explicação demasiado extensa que não se enquadra no âmbito deste breve apontamento.

Os xiitas são mais radicais; os sunitas incomparavelmente mais moderados.

Na Arábia Saudita, Bahrein, Iémen, Qatar e Emirados Árabes Unidos, vigoram regimes islâmicos sunitas que não hostilizam o mundo ocidental. E também com alguma tranquilidade, verificamos que o integristo xiita está razoavelmente circunscrito e geograficamente delimitado.

Para além dos países referenciados, existem movimentos islâmicos radicais em actividade, de maior ou menor dimensão, no Afeganistão, África do Sul, Albânia, Azerbaijão, Bangladesh, Bósnia-Herzegovina, Brunei, China, Filipinas, Indonésia, Jordânia, Kuwait, Malásia, Paquistão, Síria, Tailândia e Trinidad e Tobago. Informações credíveis apontam para a formação de idênticos grupos no Burkina Faso, Níger, Mali e Senegal.

Para nos inteirarmos, com maior profundidade, da ameaça representada pelo terrorismo integrista islâmico, é indispensável compreendermos os fundamentos doutrinários da religião de Maomé.

O islão não perfilha os modelos próprios do judaísmo e/ou do cristianismo. O exílio, a destruição do templo e a morte de Cristo são valores e símbolos completamente estranhos à mitologia e iconografia islamista. Contrariamente a Jesus Cristo, Maomé não morreu pobre, abandonado e votado ao seu próprio destino, depois de uma vida despojada e peregrina. Foi um mercador próspero, soldado e figura de Estado que inaugurou um Império.

Este conjunto de factos e razões de natureza histórico-religiosa demonstram que a fé islâmica se funda no postulado de que a aprovação divina é obtida através do sucesso militar, da vitória e do aniquilamento do inimigo infiel. Assim, como as actividades militares – incluindo, pretensamente, as acções terroristas – caminham de par com a crença religiosa, o integrismo islâmico – a fé exacerbada e a obediência cega aos ditames da «Sharia» – representa uma séria ameaça à segurança dos países ocidentais.

Acresce que se for rigorosa e literalmente assumida, nos termos prescritos pela lei islâmica, a visão geopolítica do integrismo preconiza uma polarização do mundo: o «Dar-El-Islam» (a terra ou berço do islamismo) e o «Dar-El-Hab» (o território de guerra). Por outras palavras, o território convertido ao islão – e inequivocamente prescrito pela «Sharia» – e o mundo estranho, infiel. No caso vertente, e nos termos deste modelo bipartido e bidimensional, o mundo estranho é obviamente o mundo ocidental, eleito, de há muito, como território de conquista. Uma conquista orientada e determinada pela vontade e inspiração divina de Allah.

Pelos integristas, os «inimigos infiéis», são contemplados com a intolerância e desrespeito pelo direito à diferença. Este facto resulta na tácita atribuição de um estatuto de inferioridade aos restantes credos religiosos. Fora do «Dar-El-Islam» apenas vivem os adversários do islão.

Estamos, indiscutivelmente, perante uma visão maniqueísta: o mundo olhado sob um prisma a duas dimensões, entre o bem e o mal. É por isso que a perspectiva fundamentalista islâmica acerca do mundo ocidental, envolve um misto de repulsa, cobiça, desejo de expansão e conquista.

5. A PROXIMIDADE GEOGRÁFICA DA PENÍNSULA IBÉRICA RELATIVAMENTE AO NORTE DE ÁFRICA: OS FUNDAMENTOS DE UMA PREOCUPAÇÃO

Em redor da Europa Ocidental, nas vertentes Sul, Este e Sueste, está a formar-se um autêntico cordão de integrismo islâmico.

Na História dos Séculos VII e VIII, a apetência dos muçulmanos para expandirem os seus domínios, está amplamente comprovada e documentada. Por diversas vezes a Península Ibérica foi invadida por exércitos árabes que dominaram a região durante largos anos. Fixados os objectivos expansionistas, a cruzada da fé consistia na conversão de outros povos, à doutrina islâmica. Nesses ominosos tempos, é consabido, o processo de conversão era indelevel-

mente marcado pela utilização da força das armas. Os povos convertidos eram, simultaneamente, submetidos.

Sem embargo do paralelismo histórico, outras hipóteses de importação do terrorismo integrista se perfilam no horizonte.

A possibilidade de ocorrência de invasões militares islâmicas em território europeu, no presente e num futuro próximo, parece-nos francamente remota. Os tempos são outros e longe vão as épocas das conquistas de capa e espada. No entanto, em qualquer altura, a Península Ibérica poderá ser infiltrada por comandos terroristas clandestinos ou encobertos, dispostos a cometerem ataques em Portugal, Espanha, ou noutros países da Europa Comunitária. Nesse sentido e em ambos os (hipotéticos) cenários, a Península Luso-Espanhola funciona sempre como porta de entrada e enquanto meio de acesso privilegiado.

A proximidade geográfica entre a Península Ibérica e o norte do continente africano, é um factor que inspira preocupações, sobretudo se atendermos ao seguinte:

- A Península Ibérica representa uma importante fronteira externa da Europa e a sua principal fronteira marítima.
- Tem uma faixa costeira bastante extensa, cuja vigilância permanente é difícil de assegurar e que constitui, por excelência, uma óptima via de acesso a qualquer ponto do velho continente.
- Como Portugal e Espanha não têm sido escolhidos pelos movimentos terroristas islâmicos, para a prática de atentados, as autoridades policiais ibéricas não têm rotina nem experiência no combate à criminalidade desta estirpe, que tem particularidades.

Com efeito, em matéria de atentados, o território da Península Ibérica vem sendo tradicionalmente preservado pelos grupos integristas islâmicos.

A proporcionalidade entre a proximidade geográfica da Península relativamente ao Norte de África e a frequência das acções ou incidentes subversivos é claramente inversa.

Em Portugal, desde 1986 que não se regista qualquer ataque de movimentos terroristas internacionais. A última ocorrência remonta ao mês de Abril daquele ano, quando um potente engenho explosivo destruiu por completo a delegação da companhia «Air France» em Lisboa. Deste rebentamento, que não ocasionou vítimas, resultaram significativos danos materiais avaliados em 13 mil contos (valores da época). Os dois autores do atentado, de nacionalidade portuguesa e espanhola, actuaram por conta da auto-denominada «Call of Jesus Christ

Organization», associação ligada à Líbia, mas que não é exactamente um movimento integrista islâmico.

Está instalada em Portugal uma comunidade muçulmana que congrega algumas dezenas de milhares de indivíduos, originários de vários países islâmicos. Todavia, são desconhecidas simpatias pelas doutrinas fundamentalistas – que aliás não têm qualquer expressão em Portugal – ou ligações a organizações religiosas radicais (estrangeiras) que preconizam o terrorismo.

As contemporâneas relações portuguesas com os países do norte de África são pautadas, sem mácula nem excepção, pelo entendimento recíproco, harmonia e boa cooperação.

Com Espanha, a Argélia mantém uma relação secular de amizade, que ultrapassa os importantes contactos económicos entre ambos os países.

Mas, para concluir, resta ainda um derradeiro cenário que motiva alguma apreensão.

Contrariamente à situação ibérica, outras nações europeias defrontam-se com a existência de numerosas comunidades muçulmanas residentes, designadamente e em particular, a França, Alemanha e Itália – por ordem decrescente de implantação. Nestes países estão sediadas diversas bases de apoio das organizações radicais islâmicas, sobretudo da Argélia.

A França é vítima da sua própria tradição colonialista no Magrebe. Marrocos, Tunísia e Argélia – neste caso específico até 1962 – pertenceram à República Francesa. Hoje, em território gaulês, estão recenseados cerca de quatro a cinco milhões de muçulmanos, na sua maioria de origem argelina.

Vários focos de adesão e apoio à causa integrista foram detectados em França nos últimos anos, incluindo estruturas logísticas que se dedicam à recolha de fundos e aquisição de material de guerra.

Neste e noutros países europeus, a ameaça colocada pelo terrorismo integrista é de natureza interna: em qualquer momento, podem ser desferidos ataques, por residentes extremistas. Foi o que sucedeu, em França, no segundo semestre de 1995, entre Julho e Outubro, com um trágico e funesto balanço: seis atentados cometidos – além de duas tentativas frustradas – provocaram 7 mortos e 160 feridos. Estas acções violentas, perpetradas por presumíveis membros do GIA, constituíram uma espécie de retaliação contra o regime francês, na sequência do explícito apoio concedido ao Governo militar argelino do general Liamine Zéroual.

Entretanto, buscas domiciliárias efectuadas pela polícia italiana em 1994, em apartamentos habitados por argelinos, permitiram a descoberta de documentos exortando à construção de um império pan-islâmico. Esta ansiedade e euforia

imperialista, pode estar em íntima conexão com os declarados objectivos expansionistas estabelecidos pela interpretação fundamentalista da lei islâmica.

Decididamente, não estamos perante um epifenómeno. A ameaça terrorista representada pelo integrismo islâmico, é uma séria advertência à segurança internacional. Não apenas de potenciais alvos localizados no exterior, mas também de interesses – humanos e materiais – instalados na Europa. Uma ameaça tanto mais séria e fundada, quando se constata que o integrismo já se apoderou de alguns Estados – caso do Sudão – subvertendo e minando o terreno para, através da desestabilização sistemática e agitação permanente, tomar outros num futuro breve – o caso da Argélia e, eventualmente, do Egipto.

Para travar a escalada integrista e enfrentar os respectivos perigos e excessos, a repressão massiva não será, certamente, a melhor estratégia. O ódio não se combate com ele próprio e não se afigura como o antídoto mais conveniente. De resto, como se trata de um fenómeno religioso com contornos ideológicos – além de uma religião, o integrismo islâmico já se transformou numa ideologia – suportado pela crença e adesão dos povos – que acreditam no integrismo para superar a miséria e melhorar as condições de subsistência – no momento em que as profundas crises sócio-económicas soçobram nos países mais devastados, a causa e a bandeira fundamentalista, perderão, automaticamente, a expressão e a força que vêm ostentando. É necessário democratizar e investir no desenvolvimento da qualidade de vida das populações. Nesse aspecto, compete ao mundo ocidental, nomeadamente aos países com mais poderosos recursos económicos, cooperar e auxiliar as nações mais carenciadas. Tal como o narcotráfico, o terrorismo integrista islâmico extinguir-se-á, quando se desvanecer a adesão das massas e a expectativa de obtenção de dividendos políticos se gorar, completa e definitivamente.

Até lá e entretanto, os analistas mais cépticos e pessimistas vaticinam: o próximo conflito bélico de dimensão mundial, oporá o mundo islâmico à civilização ocidental. O «Dar-El-Islam» contra o «Dar-El-Hab», ou o confronto dos Deuses, culturas e civilizações.

João Paulo Ventura

BIBLIOGRAFIA :

- Para além das notícias e informações avulsas colhidas em diversos órgãos de imprensa nacional e internacional, as principais fontes bibliográficas para a redacção do presente artigo foram as seguintes:
- BRIÈRE, Claire & BLANCHET, Pierre (Em entrevista com Michel Foucault) – (1980). *«Irão: A Revolução em Nome de Deus»*, Lisboa: Moraes Editores
- CORDELLIER, Serge & DIDOT, Béatrice (Eds) – (1994). *«L'État du Monde – Annuaire économique et géopolitique mondial»*, Paris: Éditions La Découverte
- GOYTISOLO, Juan (1994) – Conjunto de 7 crónicas publicadas no matutino «Público», entre 11 e 17.04.94, sob o título genérico «A Argélia no Vendaval» e com os seguintes sub-títulos: «Despertar amargo»; «Islão e política»; «As razões da FIS»; «De Budiaf à segunda batalha de Argel»; «O terror»; «Parábolas e parabólicas» e «Os cinco cantinhos» – Exclusivo «Público»/«El País»
- BARRAU, Teresa (1993) – Crónica publicada no «Diário de Notícias» – Suplemento de Cultura – de 16.09.93, intitulada «Viagem ao Fundamentalismo Islâmico»